



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ADRIANA CRISTINA RESENDE FERNANDES

**O MOMENTO DO DESCANSO DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS NA REDE
MUNICIPAL DE ARARANGUÁ: LIMITES E POSSIBILIDADES DA ROTINA E DA
AÇÃO PEDAGÓGICA**

Araranguá

2014

Adriana Cristina Resende Fernandes

**O MOMENTO DO DESCANSO DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS NA REDE
MUNICIPAL DE ARARANGUÁ: LIMITES E POSSIBILIDADES DA ROTINA E DA
AÇÃO PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Docência na Educação
Infantil como pré-requisito para a obtenção do grau
de especialista.

Orientador(a): Thaisa Neiverth

Araranguá

2014

Adriana Cristina Resende Fernandes

**O MOMENTO DO DESCANSO DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS NA REDE
MUNICIPAL DE ARARANGUÁ: LIMITES E POSSIBILIDADES DA ROTINA E DA
AÇÃO PEDAGÓGICA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Infantil, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina.

Araranguá, 13 de setembro de 2014.

Prof.^a. Dra. Soraya Franzoni Conde

Coordenadora do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil

Banca Examinadora:

Orientadora: Thaisa Neiverth

Membro: Carolina Shimon ura Spinelli

Membro: Juliane Mendes da Rosa La Banca

Suplente: Giseli Day

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por abençoar minha caminhada, dando-me saúde e força para superar as dificuldades e a não desistir do curso de especialização.

Ao meu marido Rodrigo, que com seu amor, paciência, companheirismo e motivação me inspirou a estudar e me esforçar nos momentos difíceis. Aos meus filhos Mariane e Lucas pelo privilégio de ser sua mãe, entendendo minha ausência em alguns momentos de suas vidas.

Aos meus pais, João e Flóscula que com seu amor e dedicação, ajudaram a manter meu equilíbrio emocional nesta etapa da minha vida.

Agradeço em especial à minha orientadora Professora Mestre Thaisa Neiverth, pela sabedoria, dedicação, encorajando-me a dar o meu melhor nos estudos, pela competência em que me conduziu durante todo o processo do trabalho, pelo entendimento nos momentos de atraso teórico, confiando em mim e no potencial do meu trabalho.

As minhas irmãs Fabiana e Juliana pelo carinho e apoio, sempre torcendo por mim, auxiliando no cuidar dos meus filhos.

As minhas amigas Iolene e Taiane pela amizade e carinho nos conselhos e críticas, sempre me motivando a prosseguir.

As crianças, professores e coordenadores das creches pesquisadas, pela colaboração e disposição na execução da pesquisa, do contrário este trabalho não seria possível.

A esta universidade, seu corpo docente pela compreensão e confiança na prorrogação dos trabalhos, à direção e administração, em destaque a Raquel que sempre me atendeu com presteza e dedicação.

Aos meus colegas Alexander e a Rubiana que me ajudaram na compreensão e elaboração dos trabalhos.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente neste processo de especialização da minha formação acadêmica.

“O único hábito que se deve permitir a uma criança é o de não adquirir nenhum”.

(Jean Jacques Rousseau)

“É por isso que se mandam as crianças à escola: não tanto para que aprendam alguma coisa, mas para que se habituem a estar calmas e sentadas (...) (Immanuel Kant)

RESUMO

A presente pesquisa objetiva observar, problematizar e analisar o momento de descanso e sono das crianças de 4 e 5 anos em duas instituições de Educação Infantil do município de Araranguá, destacando os limites e as possibilidades da rotina e da ação pedagógica. Ao discorrer sobre o tema enfatizamos as relações entre infância e escola, caracterizando a influência da concepção de desenvolvimento, da história, da política e das condições objetivas na organização do planejamento e da rotina. Como metodologia foi feita uma busca bibliográfica sobre o tema e algumas de suas determinações históricas, políticas e pedagógicas. Utilizou-se entrevista com os educadores e coordenadores e visitas a dois Centros de Educação Infantil de Araranguá-SC. O trabalho organiza-se em três capítulos que analisam o momento do sono como expressão das diversas relações e contradições expressas na organização do cotidiano da Educação Infantil. Constata-se que o sono nessa primeira etapa da Educação Básica deve ser compreendido como um elemento de desenvolvimento, mas também de currículo, no qual as questões específicas da faixa-etária e da singularidade da criança devem ser levadas em conta no planejamento do educador. Planejamento esse que deve ser assegurado por condições objetivas de recursos e materiais.

Palavras-chave: Educação Infantil, Assistencialismo, Rotina, Infância.

Lista de siglas

CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

COEPRE - Coordenação da Educação Pré-Escolar.

DNC - Departamento Nacional da Criança.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

FAE - Fundação de Assistência ao Educando.

FCBIA - Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência

FUNABEN - Fundação do Bem-Estar do Menor.

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

LBA - Legião Brasileira de Assistência.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC - Ministério da Educação e Cultura.

OMEP - Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar.

ONU - Organização das Nações Unidas.

MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública.

PMF- Prefeitura Municipal de Florianópolis.

PNE - Plano Nacional de Educação.

PNEPRE - Programa Nacional de Educação Pré-Escolar.

SAM - Serviço de Assistência a Menores.

UNESCO - Organização das Nações Unidas Educação, Ciência e a Cultura.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas.

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO.....	11
I- A ROTINA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS.....	14
II- O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O SONO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
2.1- Alguns pontos sobre desenvolvimento, aprendizagem e regularidades.....	22
2.2- O Sono na Educação Infantil: uma necessidade fisiológica.....	24
III- ORGANIZAÇÃO DA ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A HORA DO SONO EM PAUTA.....	28
3.1- Considerações iniciais sobre a rotina na Educação Infantil	28
3.2- Caracterização das instituições.....	29
3.3- A rotina e a prática pedagógica no encaminhamento do horário de descanso/sono nos centros de educação infantil pesquisados.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
APÊNDICE.....	43

INTRODUÇÃO

A temática desse trabalho surgiu da preocupação em compreender a insatisfação das crianças de 4 e 5 anos com o momento do sono e descanso no cotidiano da educação infantil, mesmo sendo esses fatores fundamentais para a aprendizagem e desenvolvimento. Outro critério determinante foi minha trajetória profissional¹, na qual ao vivenciar diariamente o trabalho pedagógico, me deparei com a frustração de não compreender o comportamento de resistência das crianças no momento do descanso diário na instituição em que trabalho.

Essa frustração, é de certa forma compartilhada, pois, nas entrevistas feitas com as educadoras² que serão mais tarde aprofundadas, destaca-se o momento de descanso como algo estressante e enfadonho, no qual as necessidades individuais das crianças entram em conflito com a organização institucional³. Muitas vezes as crianças são enquadradas a permanecerem deitadas quietas, imóveis, tornando o horário de descanso e sono desagradável.

Nesta perspectiva o desafio será investigar e refletir sobre o cotidiano de dois Centros de Educação Infantil⁴ (CEI) no Município de Araranguá, no que diz respeito às práticas pedagógicas, assim como a resposta das crianças em relação ao momento do sono ou descanso instituído nessas pré-escolas integrais, destacando os limites e as possibilidades da rotina e da ação pedagógica.

Diante deste contexto surgem algumas questões: como a instituição deve organizar este horário de descanso? Dormir? Ficar acordado em silêncio? Planejar outra atividade de maneira que as necessidades das crianças que precisam dormir e também das crianças que estão sem sono sejam respeitadas?

¹ Iniciei minha formação acadêmica no curso técnico de Magistério no Colégio Estadual de Araranguá no ano de 1997, finalizando o curso no ano de 2000. A etapa seguinte da minha formação acadêmica se constituiu através da Graduação em Pedagogia à distância (Séries Iniciais e Educação Infantil), no ano de 2006, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, finalizado no ano de 2009, neste período já havia adquirido experiência na área da Educação, com ênfase na Educação Infantil, onde atuo há onze anos como Auxiliar de Ensino.

² O termo educadoras se refere às professoras e auxiliares que foram entrevistadas.

³ A organização institucional será melhor explorada no capítulo de análise dos dados.

⁴ CEI – Centro de Educação Infantil.

Tais questões, assim como as frustrações, são inquietações da área, e durante a revisão bibliográfica nos deparamos com mais indagações:

“todas as crianças necessitam dormir na creche e na pré-escola? Até que idade é preciso organizar um momento para o sono? Será que apenas um período de sono é suficiente para crianças menores de um ano e meio? Qual é o horário mais adequado para organizar este momento? Quanto tempo?” (Paschoal; Amaral; Pantoni 2014)

A fim de refletir sobre as questões acima suscitadas foi necessária uma incursão na literatura da área, por intermédio de uma busca bibliográfica sobre o tema e algumas de suas determinações históricas, políticas e pedagógicas. A utilização de entrevista com os educadores e coordenadores, assim como visita às instituições de Educação Infantil e observação do momento do descanso e sono também ajudaram a elucidar algumas questões. Na análise dos dados coletados buscou-se fazer relação entre as questões concernentes ao momento de descanso, a estrutura da instituição infantil e ainda a condição de trabalho dos profissionais (professores e auxiliares) que lá atuam.

A síntese que foi possível ser feita está aqui organizada em três capítulos. O primeiro *A rotina da Educação Infantil: determinações históricas e políticas* traz à tona elementos que constituem a identidade do trabalho pedagógico nas creches e pré-escolas brasileiras e que se expressam na organização da rotina das instituições de Educação Infantil pesquisadas. Os principais autores que fundamentaram esse capítulo foram: Ariès (1981); Kuhlmann (2001); Kuhlmann (2004); Moreira (2012); Kramer (1987); Füllgraf (2012).

Já o segundo capítulo *O desenvolvimento e o sono na Educação Infantil* apresenta algumas das regularidades do desenvolvimento e do sono das crianças. Entende-se que essas especificidades devem ser levadas em conta no momento da organização pedagógica, desde o Projeto Político Pedagógico até o planejamento docente. O arcabouço teórico que sustentou

esse capítulo foi: Facci (2006); Delval (2001); Vigotski (1988); Geib, 2002; Florianópolis (2012).

No terceiro e último capítulo *Organização da rotina na Educação Infantil: a hora do sono em pauta* a empiria será sistematizada e analisada. Para isso serão articulados aportes teóricos sobre a rotina nas instituições de Educação Infantil, a caracterização das duas creches visitadas e a reflexão sobre os dados coletados. Os autores que possibilitaram essa empreitada foram: Barbosa (2006); Brasil (2009); Brasil (2010); Florianópolis (2011); Paschoal, Amaral e Pantoni (2014).

A relevância na compreensão do descontentamento dos educadores, bem como a insatisfação das crianças, no momento de descanso e sono, possibilitará repensar minha atual prática pedagógica; mecanizada e desrespeitosa que enquadra as necessidades individuais de desenvolvimento e sono das crianças de maneira coletiva. Alçar estratégias prazerosas para que este momento do cotidiano dos CEIs hoje visto como desagradável, venha a ser encarado como um momento de prazer e de repor as energias.

I- DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS DA ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A organização da rotina na Educação Infantil na atualidade pode ser melhor compreendida quando a analisamos dentro de suas determinações históricas, políticas e sociais. Sendo assim, alguns aspectos sobre o surgimento da infância, a gênese da Educação Infantil brasileira e suas determinações políticas serão aqui explicitados.

A criança é um ser social e histórico que interage com o meio, modificando o ambiente em que está inserido e sendo por ele modificado. Sendo assim, numa perspectiva histórica sobre a infância, os estudos de Ariès (1981) revelaram que o surgimento do sentimento de infância, é uma construção da modernidade, começando a surgir no final do Século XVII, junto com as transformações que começam a se processar na transição para a sociedade moderna.

De acordo com Ariès (1981) na Idade Média a criança era vista como um adulto em miniatura, participando dos seus trabalhos e jogos, até mesmo os sexuais assim que se tornava mais autônoma em relação aos cuidados da mãe ou da ama. As crianças adquiriam os seus conhecimentos junto aos adultos. Isso poderia acontecer de diferentes formas, dependendo da classe social que a criança pertencia⁵.

Segundo Ariès (1981) uma série de mudanças na sociedade: a ascensão da burguesia, o crescente interesse pela alfabetização e moralização promovem a separação entre o universo adulto e o infantil. Nessa perspectiva a criança separada dos adultos passa a ser mantida à distância, numa espécie de quarentena. “Essa quarentena foi a escola ou o colégio, começando, então, um longo processo de enclausuramento das crianças que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização.” (ARIÈS, 1981, p.5).

⁵ As crianças poderiam aprender algum ofício, ser entregues a outras famílias que se dedicassem à sua educação ou prestarem serviços domésticos. (Ariès, 1981)

Não podemos negar as contribuições da obra de Ariès sobre infância nesta pesquisa, contudo não podemos considerar como único aporte teórico, visto que suas considerações ao respeito do assunto foram contestadas por outros pesquisadores. Para contrapor esse aspecto elucidamos as contribuições de Kuhlmann (2004) em sua obra *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*, em que o autor faz referência aos historiadores Pierre Riché e Daniele Alexandre Bidon, que consideram seu livro "fartamente ilustrado com pinturas e objetos, arrolam-se os mais variados testemunhos da existência de um sentimento da especificidade da infância naquela época" (KUHLMANN, 2004, p.22). Nos tempos antigos ou idade média, existia sim o sentimento de infância, como foi demonstrado em estudos posteriores.

"Mesmo em abordagens que tomam a infância em sua referência etimológica, como os sem-voz, sugerindo uma certa identidade com as perspectivas da história vista de baixo, a história dos vencidos, essa visão monolítica permanece e mantém um preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando a sua presença no interior das relações sociais. Embora reconhecendo o papel preponderante que os setores dominantes exercem sobre a vida social, as fontes disponíveis, como, por exemplo, o diário de Luís XIII, utilizado por Ariès, geralmente favorecem a interpretação de que essas camadas sociais teriam monopolizado a condução do processo de promoção do respeito à criança". (KUHLMANN, 2004, pp. 23-24)

Ainda assim, em relação ao sentimento de infância, (Gélis' apud. Kuhlmann, 2004, p.23):

"A indiferença medieval pela criança é uma fábula; e no Século XVI, como vimos, os pais se preocupavam com a saúde e cura de seu filho. Assim devemos interpretar a afirmação do "sentimento da infância, no século XVIII - quer dizer, nosso sentimento da infância - como o sintoma de uma profunda convulsão das crenças e das estruturas de pensamento, como o indício de uma mutação sem precedente da atitude ocidental com relação à vida e ao corpo. A um imaginário da vida que era aquele da linhagem e da comunidade substitui-se o da família nuclear".

A história da Educação Infantil se desenvolve nesse contexto, Andrade (2010) afirma que a história da Educação Infantil não pode ser pensada de forma desarticulada à história da sociedade e da família. Para a autora:

... o surgimento das instituições de educação infantil relaciona-se com o surgimento da escola e do pensamento moderno entre os séculos XVI e XVII. Responde, também, às novas exigências educativas resultantes das relações produtivas advindas da sociedade industrial. (ANDRADE, 2010, p. 128)

Em se falando da gênese da Educação Infantil brasileira, Kuhlmann (2001) defende que as primeiras iniciativas foram os jardins de infância pensados para as elites brasileiras. Já para as crianças desvalidas o caráter assistencialista e higienista das instituições de atendimento predominavam desde a roda dos expostos, nas quais buscava prioritariamente agregar o “cuidado” à adaptação e submissão da criança à sociedade capitalista, ora garantindo o anonimato das mães solteiras, ora suprimindo as necessidades das famílias que precisavam trabalhar e não tinham um local para deixarem seus filhos.

No decorrer da história a Educação Infantil foi tomando uma nova função devido às mudanças sociais, aos movimentos populares, interesses políticos e econômicos que foram sendo vivenciados pelos brasileiros. A visão de apenas “cuidar”, foi sendo substituída. Segundo Moreira (2012), a educação infantil passou de um cunho compensatório e assistencial para um projeto com caráter educacional.

É importante ressaltar que a contradição está presente nesse processo histórico. Pois, a educação infantil ser assistencialista não implica na ausência de um projeto educativo, assim como o caráter educacional não é necessariamente emancipatório. Assim, muitos interesses corroboram para a construção da política de atendimento e determinam a história das creches e pré-escolas.

(...) em meio a essas mudanças econômicas, as políticas públicas para a criança tinham a perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Via-se a criança não mais como preocupação do âmbito privado da família e da igreja, mas como uma questão de cunho social, de

competência administrativa do Estado. Por isso, no início do século XX, a preocupação com a infância enquanto problema social refletia-se na preocupação com o futuro do país, pois se atribuía a infância um valor econômico de mercado (...) (RIZZINI, 1997 apud MOREIRA, 2012, p.78)

De acordo com as contribuições de Kramer é notável que no decorrer da década de 1930 as autoridades começaram a demonstrar interesse pela população infantil, é realizado então o 2º. Congresso de Proteção à Infância (1933). Em 1940 o Ministério da Educação e Saúde Pública, cria o Departamento Nacional da Criança, objetivando centralizar o atendimento. No ano seguinte é fundado o Serviço de Assistência a Menores. Em 1942 foi fundada a Legião Brasileira de Assistência.

Na mesma esteira, implanta-se o projeto Casulo, que visava assistir ao menor de zero a seis anos a fim de prevenir a marginalidade e tinha pretensões de atender um grande número de crianças até a década de 1980. Em 1946 é criado o Fundo das Nações Unidas atrelado a Organização das Nações Unidas. No Rio de Janeiro em 1953 compartilhando os interesses da (UNESCO) com relação aos direitos da infância, surge a Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar.

Além desses órgãos em 1955 foi lançada uma Campanha Nacional de Alimentação Escolar, ligado à Fundação de Assistência ao Educando. Em 1964 o SAM é extinto dando lugar à Fundação do Bem-Estar do Menor, porém a mesma é substituída em 1990 pela Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência. Em 1975 a Coordenação da Educação Pré-Escolar, aliada ao Ministério de Educação e Cultura lança e coordena o Programa Nacional de educação Pré-Escolar em 1981.

Assim, vale ressaltar que toda essa fragmentação, desorganização e descontinuidade nas políticas de atendimento à infância, além de evidenciar a alternância de grupos políticos distintos no poder, revela o não reconhecimento da criança como sujeito de direitos e necessidades específicas, o que nos mobiliza a compreender melhor as formas em que se organizam as políticas de atendimento, desde o Brasil recém independente até as últimas décadas que compreendem os anos 1980, 1990 e 2000.

Como pudemos perceber nessa breve retrospectiva, a história do atendimento à infância é contraditória e fragmentada no século XIX. Atualmente não é diferente, pois,

embora o direito ao cuidado e a educação sejam amparados legalmente, nem sempre são respeitados. Os ambientes educativos de atendimento à educação e cuidado à infância são insuficientes mediante a demanda e as diferenças entre instituições que atendem as crianças ricas e as crianças pobres são gritantes.

Conclui-se que a educação para os filhos dos trabalhadores e as crianças pobres teve nesse período um sentido de compensação. Via-se a criança como aquela que precisava ser assistida e cuidada, pois mudanças ocorriam no âmbito familiar e nas relações sociais. O processo de implantação dessas instituições ficou vinculado aos órgãos governamentais de assistência social, e não ao sistema educativo. Seu atendimento era de caráter assistencialista e sua concepção de criança era engendrada pela contradição de luta de classes. (MOREIRA, 2012, pp.82-83)

Não podemos negar os avanços legais que atualmente temos acesso. Conforme Moreira (2012) a Constituição Federal de 1988, ampliou o conceito de educação básica, ficando estabelecida a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica, juntamente com o ensino fundamental e médio.

A partir da Constituição de 1988⁶ surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB N° 9394/96⁷ o Estatuto da Criança e do Adolescente criado em 1990, o Plano Nacional de Educação e todos os demais documentos do sistema de ensino brasileiro. Documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da criança e do adolescente, asseguram o direito e o acesso das crianças à educação básica, ficando ao Estado a responsabilidade de legitimar este direito universal, repassando aos Municípios ações administrativo-políticas para garantir e ofertar vagas na Educação Pública, atendendo prioritariamente a educação infantil e ao ensino fundamental.

⁶ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº64, de 2010) (BRASIL, 1998)

⁷ Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); a) pré-escola, (Incluído pela Lei nº12.796, de 2013); b) ensino fundamental: (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) (Brasil, 1996).

De acordo com FÜLLGRAF, (2012), a década de 1990 pode ser considerada como um período que propiciou a formulação de propostas no campo educacional como: a agregação das creches aos sistemas educacionais, a definição de formação mínima para os professores atuarem na profissão: o Curso de Magistério em nível médio, tendo como meta a formação superior.

No período de 1996 até 2006 o financiamento da Educação Básica foi regulado via FUNDEF, sendo o ensino fundamental obrigatório dos sete aos quatorze anos. Após dez anos a LDBEN, viabilizou a inclusão da Educação Infantil no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Este novo Fundo foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006. A intenção do novo fundo objetiva que a educação básica e conseqüentemente a educação infantil no Brasil avancem em diversos aspectos. (FULLGRAF, 2012, p 35).

A Educação Infantil, representa a primeira etapa da Educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em todos os aspectos, físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade. (BRASIL, 1996).

Cabe destacarmos que vários avanços surgiram diante do contexto de transformações teóricas que visavam legitimar o bem estar da criança. Mas é importante observar a relação da legislação com a prática da educação infantil nos dias atuais. Será que estão sendo garantidos à criança todos os seus direitos? Qual a contribuição do educador para a formação dessa criança? As creches e as pré-escolas brasileiras têm estrutura para garantir o direito das crianças? Essas são questões complexas, que em partes tentaremos responder ao longo desse trabalho.

Não podemos deixar de mencionar a responsabilidade do Poder público em gerar recursos para o financiamento da Educação em diversos aspectos: estrutura física das instituições de ensino, qualificação para os professores, alimentação, higiene, recursos pedagógicos, que na maioria das vezes são oferecidos de forma precária, não atendendo os critérios de qualidade para funcionamento das instituições de educação infantil.

Para que se ofereça educação de qualidade, devem ser observados alguns indicadores (critérios) de qualidade no atendimento da criança de zero a seis anos de idade. Este

instrumento foi elaborado com base em aspectos fundamentais para a qualidade da instituição de educação infantil, aqui expressos em dimensões dessa qualidade que são sete: 1- planejamento institucional; 2- multiplicidade de experiências e linguagens; 3- interações; 4- promoção da saúde; 5- espaços, materiais e mobiliários; 6- formação e condição de trabalho das professoras e demais profissionais; 7- cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. (BRASIL, MEC, 2009).

Diversos são os fatores que permeiam esse cenário de negação dos direitos universais: de saúde, promoção, educação, proteção, do ser humano enquanto ser social histórico e político. Sabemos que a política está intimamente ligada com as relações sociais (contexto social), no âmbito educacional ressaltamos a influência das políticas públicas em consonância com os organismos internacionais no financiamento da educação, podemos perceber que de forma indireta violam os direitos das crianças.

Tendo em vista que os organismos internacionais têm como finalidade o aprimoramento da educação mundial por meio de acompanhamento técnico, através de financiamentos para o melhoramento da educação infantil na primeira infância. Mas existe um interesse político e econômico que viabiliza esse processo de investimento na educação.

O foco dessa compreensão está em perceber que as políticas recomendadas pelos organismos internacionais aos países do Terceiro mundo- no caso do Brasil estão coligadas entre si e inseridas em uma teia de relações com o contexto mundializado do capital. Os países-membros direcionam os rumos da Educação Infantil com políticas e ações demandas mundialmente. (MOREIRA, 2012, pag.92)

Nesse sentido, podemos observar que tal fato obrigou os estados a buscarem alternativas para garantir atenção para a educação às classes pobres, sem tomar necessariamente como base o preceito da ampliação dos direitos sociais. Assim, a educação ganha uma centralidade estratégica, associada a uma nova lógica econômica. Seguindo essa visão, a educação é vista por estes organismos internacionais e pelo próprio governo como uma estratégia de manter um padrão mínimo de educação promovendo a igualdade. Esse conceito de promover uma educação igualitária, reduzir a pobreza, é violar direitos, pois usam de um contexto para promover algo que não existe, mantendo a pobreza, pois ela beneficia o sistema.

Sabemos que a sociedade capitalista prioriza as desigualdades sociais, que é de interesse do poder Público permanecer no domínio do capital e que a classe trabalhadora venda sua mão de obra. Desta forma a educação é viabilizada pelas políticas públicas de maneira a fornecer o “ideal” de conhecimento sistematizado, para que o homem apenas atue profissionalmente na sociedade sem intervir no contexto social.

A educação infantil, por sua vez, ocupa uma função contraditória, promove o desenvolvimento da criança ao mesmo tempo em que libera as mães para atuarem no mercado de trabalho. Por sua vez, o trabalho pedagógico, nas creches e pré-escolas também são determinados pela mesma política que tende a precarizar o atendimento em função dos baixos investimentos que se contradizem aos documentos promulgados em prol da “qualidade” do atendimento. (MOREIRA, 2012)

Esse panorama histórico e político contextualiza o objeto do presente estudo, e fornece elementos para compreender as relações contidas no “momento do descanso em creches e pré-escolas”, pois como afirma a autora acima citada a história e as políticas tem determinação na prática. O trabalho pedagógico e a rotina de atendimento às crianças são condicionadas pelo financiamento, pelas relações de poder, pela luta de classes expressa no cotidiano.

Assim como elencar elementos conjunturais foram imprescindíveis para a delimitação da compreensão do tema, no próximo item nos deteremos com maior profundidade nos aspectos mais genéricos do desenvolvimento infantil. Posto que compreender a conjuntura histórica, política, assim como aspectos do desenvolvimento humano nos ajudarão a compreender como as relações institucionais se estabelecem nas instituições observadas.

II- O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O SONO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1- Alguns pontos sobre desenvolvimento, aprendizagem e regularidades

Compreender como as crianças se desenvolvem é tão importante quanto conhecer a função social da Educação Infantil. Nessa perspectiva, o homem é um sujeito social e histórico. Essa consideração nos remete ao estudo da teoria do desenvolvimento humano na abordagem sócio-histórica. Vigotski foi o precursor da psicologia histórico-cultural, desenvolvendo sua obra com base na teoria materialista da história, a qual enfatiza que as mudanças históricas e sociais -promovem mudanças no comportamento e no desenvolvimento humano.

Segundo Facci (2006, p. 12), “o traço fundamental do psiquismo humano é que este se desenvolve por meio da atividade social, a qual, por sua vez, tem como traço principal a mediação por instrumentos que se interpõem entre o sujeito e o objeto de sua atividade. As funções psicológicas superiores, tais como atenção voluntária, memória, abstração, comportamento intencional) são produtos da atividade cerebral, tem uma base biológica, mas fundamentalmente são resultados da interação do indivíduo com o mundo, interação mediada pelos objetos construídos pelos seres humanos.”

As crianças nascem imersas em uma sociedade, com determinada cultura e momento histórico. Nas interações que, estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, se apropriam da realidade, aprendem e se desenvolvem. Segundo Delval (2001, p.69), “o conhecimento é um produto da atividade social que se produz (...) um indivíduo isolado não pode desenvolver-se como ser humano, homens e mulheres dependem dos demais, para a maior parte de suas atividades.”

A tentativa de compreensão do desenvolvimento humano pressupõe o estudo das teorias referentes à relação entre desenvolvimento, conhecimento e aprendizagem da criança. De acordo com Delval (2001), destacamos as seguintes concepções de aprendizagem: inatismo, empirismo e interacionismo.

No inatismo o indivíduo nasce com aptidões pré-determinadas biologicamente, o meio ambiente exerce pouca influência, a mente humana possui conhecimentos inatos, sem os quais, seria impossível aprender. No empirismo o indivíduo é visto como uma tábula rasa, interferindo no meio ambiente e o resultado das experiências, iriam acumular-se nele (DELVAL, 2001, p.70). Já no interacionismo, a aprendizagem segue o desenvolvimento.

Na perspectiva histórico-cultural a aprendizagem antecipa o desenvolvimento. Apresentando-se como um processo de apreensão da experiência humana, sempre mediada pelo seu meio físico e social. Desta forma, o desenvolvimento do ser humano vai depender do aprendizado que o sujeito realiza num grupo social, assim a interação com outros indivíduos é de fundamental importância tanto para a aprendizagem quanto para o desenvolvimento. Nessa especificidade consiste a importância do trabalho do educador.

De acordo com Vigotski (1988), o que a criança consegue realizar sozinha denomina-se desenvolvimento efetivo (real), “o que a criança é capaz de fazer com o auxílio dos adultos denomina-se zona de desenvolvimento proximal, onde os processos de maturação estão se produzindo, amadurecendo e desenvolvendo-se.” (VIGOTSKI, 1988, p.111-112).

No estudo da Abordagem histórico cultural, “o aprendizado é considerado um aspecto fundamental para que as funções psicológicas superiores aconteçam, nesse sentido o ensino é imprescindível para o desenvolvimento do psiquismo humano” (FACCI, 2006, p 22).

Segundo Vigotski, (1988, p.110) a aprendizagem deve ter coerência com o nível de desenvolvimento da criança Para o autor:

...o bom aprendizado é aquele que se antecipa ao desenvolvimento, sendo tarefa da escola empreender todos os esforços para encaminhar o aluno, no desenvolvimento das funções psicológicas superiores para determinada atividade de aprendizagem.

Com relação ao nível de desenvolvimento Facci (2006, p.13), “Elkonin e Leontiev afirmam que cada estágio de desenvolvimento da criança é caracterizado por uma relação determinada, que desempenha a função central na forma de relacionamento da criança com a realidade.”

Para Elkonin (1987, apud Facci, 2006, pp.13-17), os principais estágios de desenvolvimento pelos quais os sujeitos passam são: A **comunicação emocional do bebê** com os adultos "é a sua principal atividade de desenvolvimento; desde as primeiras semanas de vida até mais ou menos um ano, constituindo-se como base para a formação das ações sensório-motoras de manipulação." (FACCI, 2006 p.13). Na relação da criança com a sociedade, e durante a aquisição das normas de relacionamento, o bebê utiliza vários recursos para comunicar-se com os adultos; como o choro e o riso, demonstrando suas sensações e a necessidade de intervenção do adulto diante de um desconforto e o sorriso na busca de uma comunicação social com a família. **Atividade objetal manipulatória**, "onde ocorre a assimilação dos procedimentos elaborados socialmente de ação com os objetos, o bebê já desenvolveu a maturação dos sentidos, desenvolve a linguagem e adquire conhecimento na interação com objeto através da mediação com o adulto". (FACCI, 2006, p.15)

O **jogo de papéis** que predomina no período pré-escolar, no qual a atividade principal passa a ser o jogo ou a brincadeira. As brincadeiras não são instintivas, apresentando a percepção das crianças a respeito do mundo dos adultos. A criança apropria-se do mundo concreto e das relações humanas a partir da brincadeira de papéis sociais: (pai, mãe, professora). (FACCI, 2006, p.15).

"Na idade da pré-escola, a brincadeira representa necessidades específicas, impulsos específicos, na criança dessa idade, emergem uma série de tendências irrealizáveis, de desejos não-realizáveis imediatamente." (VIGOTSKI, 2008, p.25).

"O impulso afetivo que leva à brincadeira decorre da necessidade de uma situação imaginária, na realização de desejos não satisfeitos. Uma situação imaginária em si já contém regras de comportamento, mesmo que a brincadeira não requeira regras desenvolvidas, formuladas com antecedência que é o caso dos jogos com regras. Qualquer situação imaginária possui regras ocultas, e o inverso também é evidenciado: qualquer brincadeira com regras contém uma situação imaginária oculta". (VIGOTSKI, 2008, p.28).

Os estudos de Vigotski (2008), demonstram que a brincadeira não é uma atividade predominante na infância, mas a principal nas crianças em idade pré-escolar. Essa atividade

cria a zona desenvolvimento iminente, desenvolvendo as funções psicológicas superiores: (imaginação, memória, pensamento abstrato).

A atividade de estudo inicia-se pela entrada da criança na escola; o estudo serve para o processo intermediário das relações das crianças com os adultos, principalmente nas relações familiares, durante esta atividade acontece a assimilação de novos conhecimentos. A **comunicação íntima pessoal** ocorre entre os jovens, havendo uma mudança na posição que o jovem ocupa em relação ao adulto, na busca de aceitação e posicionamento; **atividade de estudo/profissional** tomada de consciência das particularidades do trabalho e a utilização desta atividade como meio para organizar as interações sociais. (ELKONIN, 1987, apud FACCI, 2006, pp. 13-17)

Tendo feita essa apresentação, destaca-se que o estudo do desenvolvimento humano conseqüentemente da aprendizagem possibilita aos educadores compreender a criança em sua totalidade. A totalidade não pode ser ignorada no planejamento pedagógico que inclui a rotina de descanso e sono nas instituições de Educação Infantil. Assim, como o descanso é um aspecto importante do desenvolvimento e também uma necessidade infantil serão aqui destacados alguns aspectos sobre esse momento.

2.2- O Sono na Educação Infantil: uma necessidade fisiológica

O momento do descanso e sono é parte integrante do desenvolvimento infantil. Na rotina da educação infantil, em especial nas instituições que oferecem o atendimento em tempo integral, a organização do tempo e do espaço devem ser adequados para respeitar a individualidade e as características de cada faixa etária. Pois como aspecto do desenvolvimento, o sono também tem suas regularidades.

O sono é um estado do cérebro, e uma necessidade fisiológica, dormir representa descansar, repor as energias, preparar a mente e o corpo para aprender e explorar. Constata-se na bibliografia estudada que “Dormir é uma das necessidades fisiológicas do ser humano. Ao

dormir ocorre um período de descanso físico e mental, durante o sono o cérebro desempenha complexos processos fisiológicos e comportamentais” (GEIB, 2002 apud. FLORIANÓPOLIS, 2011). Destaca-se ainda que:

... durante o sono ocorrem vários processos metabólicos que, se alterados, podem afetar o equilíbrio de todo o organismo a curto, médio e, mesmo, a longo prazo”. Existem vários fatores que influenciam na qualidade do sono: o clima, a cultura, o ambiente, a alimentação, o estado de saúde e os diferentes períodos de desenvolvimento do ser humano. (CRONFLI, 2002 apud FLORIANÓPOLIS, 2011, p.1)

A gerencia desse momento na rotina da Educação Infantil, diante das condições objetivas das creches públicas brasileiras em relação aos espaços físicos e recursos humanos é um desafio. Se por um lado encontrou-se poucas publicações sobre o tema a bibliografia da área argumenta que as especificidades da faixa etária e as individualidades das crianças devam ser preservadas, na prática isso não se efetiva necessariamente. Nos espaços de educação infantil esse descanso depende da necessidade apresentada por faixa etária, visto que à medida que a criança se desenvolve vai precisando menos do sono diurno.

De acordo com as *Orientações sobre o sono na educação infantil* (FLORIANÓPOLIS, 2011, p.2), uma das bibliografias encontradas, no que diz respeito ao descanso das crianças deve-se respeitar um período de 9 a 11 horas de sono. Crianças recém-nascidas e até aproximadamente o terceiro ano de vida, necessitam do sono diurno, além do da noite, após o terceiro ano o ritmo do sono diurno vai diminuindo até que não necessitam mais da soneca.

Com relação à regularidade do sono o documento acima citado aponta:

- Crianças de 4 a 6 meses: dormem, em média, 13 a 16 horas diárias. Durante a noite dormem de 9 a 11 horas, acordando, às vezes, para se alimentar. No decorrer do dia tiram duas sonecas, em torno de duas a três horas cada.

- Crianças de 6 meses a 1 ano: dormem, em média, 12 a 14 horas diárias, sendo de 10 a 12 horas durante a noite. As sonecas ao longo do dia são, normalmente, uma na manhã e outra após o almoço, e duram cerca de duas horas cada.
- Crianças de 1 ano a 2 anos: dormem, em média, 12 a 14 horas diárias, sendo 11 horas durante a noite. Dispensam a soneca da manhã e da tarde costumam tirar uma soneca de uma a duas horas.
- Crianças de 3 a 5 anos: dormem, em média, 11 a 12 horas diárias. A partir dos 3 anos a maioria das crianças deixa de repousar durante dia.” (FLORIANÓPOLIS, 2011, p.2)

Vale destacar que cada ser humano possui momentos determinados no desenvolvimento que interferem nas necessidades biológicas e sociais. Portanto, à medida que o indivíduo cresce, o organismo vai sofrendo alterações físicas, mentais e fisiológicas. Exemplificamos essas situações: na aparência física, na transição do aleitamento materno e a introdução da alimentação sólida no caso dos bebês, nas brincadeiras, na maturação neurológica; e na diminuição da necessidade de horas dormidas na idade pré-escolar.

De um modo geral a população brasileira adulta necessita de 7 a 8 horas diárias de sono, para ter uma qualidade de vida. Na questão das crianças, devemos considerar que a necessidade de descanso e o ritmo do sono das crianças dos 0 aos 3 anos é diferente das crianças com idade entre 4 e 5 anos, que já possuem uma maior maturação neurológica, desenvolvendo as funções psicológicas superiores: (imaginação, memória, pensamento abstrato), e necessitam apenas de uma breve pausa para "relaxar" suas atividades mentais e repor suas energias.

Com base nessa afirmação, destacamos que o assunto do descanso nas creches do Município de Araranguá cuja nomenclatura corresponde à Centro de Educação Infantil, é tanto pertinente quanto polêmico, pois não podemos delegar somente ao professor e ao auxiliar a responsabilidade de atender esse aspecto, a instituição precisa examinar em que condições o momento do descanso e sono é organizado.

Observando não apenas as características de desenvolvimento das crianças que vão ficando mais velhas, e necessitam de menos do sono diurno, porém precisam descansar, mas

também as questões estruturais (espaço físico e recurso humano) das instituições de educação infantil, para que esse momento seja planejado de modo que as necessidades de cada criança sejam atendidas. Portanto, sugerimos que sejam buscadas condições objetivas nos CEIs⁸ para que a rotina do descanso seja parte do currículo e do planejamento, que atenda os ritmos das crianças e também respeite os profissionais que lá trabalham.

É preciso que cada instituição preveja propostas concomitantes para atender as crianças que querem dormir ou descansar, bem como para aquelas que não dormem (...) Essas questões exigem atenção e flexibilidade dos profissionais frente ao que manifestam as crianças (...) o sono não pode ser vinculado à punição, chantagem ou gratificação, a criança deve dormir ou ficar acordada porque sente vontade para tal. (FLORIANÓPOLIS, 2011, p.3).

⁸ Centros de Educação Infantil

III- ORGANIZAÇÃO DA ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A HORA DO SONO EM PAUTA

3.1- Considerações iniciais sobre a rotina na Educação Infantil

Este capítulo se propõe a analisar o momento do sono e descanso em duas instituições de educação infantil catarinenses que atendem crianças de zero a seis anos em período integral. As salas observadas são as que contemplam as crianças de quatro e cinco anos. Entende-se esse momento como parte da rotina, que, está assentada em uma concepção de desenvolvimento e educação infantil, determinada histórica e politicamente pelas condições materiais e objetivas.

A concepção de rotina que esse trabalho defende supera a ideia de que ela é apenas uma estrutura gerenciadora do tempo-espço, conforme o destaque do educador abaixo.

A rotina permite organização, seguir uma linha traçada, as desvantagens aparecem quando nos deparamos com as necessidades individuais de cada criança no momento de descanso, as crianças maiores não querem dormir e isto dificulta a frequência deles na instituição de ensino, eles alegam para os pais, que não desejam vir para a creche porque precisam dormir, e eles não possuem a necessidade e nem o desejo de descansar ou dormir, (ENTREVISTADO 1, 2014).

Argumentamos em favor de uma rotina que seja um elemento da organização didática-pedagógica que permite ao educador dar conta de sua função social que é ensinar. Para isso, afirma-se que as instituições de ensino, precisam de organização e planejamento para desempenhar a ação educativa. Desta maneira, não podemos deixar de mencionar que a estrutura física que deve ser segura, aconchegante e planejada para atender as crianças em todos os seus direitos; que a estrutura de funcionamento, seja organizada: horário de chegada, alimentação, lazer, atividades direcionadas, descanso e saída. Segundo Barbosa (2006, p. 35)

...rotina é uma categoria pedagógica que os responsáveis pela educação infantil, estruturaram para, a partir dela, desenvolver o trabalho cotidiano nas instituições de educação infantil. As denominações dadas à rotina são diversas: horário, emprego do tempo, sequência de ações, trabalho dos adultos e crianças, plano diário, rotina diária, jornada, etc.

Na especificidade do trabalho com a Educação Infantil esses elementos rotineiros elencados precisam ser rigorosamente organizados pelos educadores, sob objetivos pedagógicos claros, que levam em conta o desenvolvimento pleno das crianças, o currículo da educação infantil e o direito ao acesso ao conteúdo historicamente produzido. Qualquer atividade, desde a alimentação, a soneca, a contação de uma história, uma brincadeira ou inúmeras outras possibilidades devem ter como foco a promoção deliberada do desenvolvimento infantil.

Antes de apresentar e problematizar os dados coletados sobre o momento de descanso e sono faremos uma caracterização das instituições pesquisadas, enfatizando a organização da rotina mais ampla nos dois espaços.

3.2- Caracterização das instituições

Os Centros de Educação Infantis pesquisados estão situados no Município de Araranguá. Neles são atendidas crianças do zero aos cinco anos e onze meses e as turmas são divididas por faixa etária. No berçário são atendidas dezesseis crianças com idade de 0 a 1 ano; o maternal I atende dezesseis crianças com idade entre 1 e 2 anos; no maternal II são vinte crianças com idade entre 2 e 3 anos; no Jardim I são 20 crianças com idade entre 3 e 4 anos; no pré I são vinte crianças com idade entre 4 e 5 anos; e o pré II são 25 crianças com cinco anos.

O funcionamento das instituições pesquisadas é organizado a partir de uma rotina estrutural. A chegada das crianças a partir das 6:30h às 8:30h, o café entre 8:30h e 8:50h, as atividades direcionadas e livres das 9:00 às 10:40h, almoço das 10:50h às 11:15h, higienização das 11:20h às 11:30h, sono entre 11:30 e 14:00h, lanche das 14:00hs às 14:20h, atividades em sala e lazer das 14:30h às 15:45h, janta das 15:50h às 16:15, a partir deste

horário as crianças estão liberadas para irem embora. Nem todas vão no mesmo momento e o expediente se encerra as 18:30h.

Aqui vale uma reflexão de que as crianças, de qualquer idade, podem permanecer nas instituições por até 12 horas diárias. Nesse momento não faremos uma reflexão sobre a quantidade de horas ideal para a permanência dos pequenos na creche, mas reforçamos aqui a necessidade de se pensar o momento do sono articulado a situação de cada criança, posto que o tempo em que passam na instituição é relativo à necessidade de suas famílias.

A primeira creche observada no Município de Araranguá, dispõe de um grupo com 21 profissionais: quatro serviços gerais que exercem a limpeza da unidade, sete professores, sete auxiliares de ensino, um professor de artes visuais, um professor de educação física e a coordenadora escolar. A unidade escolar já esteve em melhores condições físicas, por ser uma instituição pública, a prefeitura alega ter poucos recursos para investir em melhorias.

Com relação ao espaço físico, possui dois parques, mas apenas um é usado pelas crianças para o lazer, após as atividades efetuadas em sala de aula. O parque possui, quatro balanços, dois escorregadores, e um roda-roda. As salas de aula são espaçosas, possuem mobília e estão em bom estado de conservação. A ventilação não é adequada em todas as salas. Possui dois banheiros (feminino/masculino) do tamanho recomendado para as crianças efetuarem a higiene pessoal. Há também dois banheiros para os funcionários da instituição, cozinha, refeitório, sala dos professores, lavanderia e sala de TV. O pátio é grande, possui grama e árvores, há também um espaço coberto para atividades em dias chuvosos.

O Centro de Educação Infantil visa em seu Projeto Político Pedagógico um modelo pedagógico que valorize a multiplicidade de linguagens e de formas de expressão. Reconhece que o desafio da educação infantil é construir as bases para que a criança possa desenvolver-se como pessoa plena e de direitos. Por isso pretende, através das metodologias de ensino e dos mais variados recursos pedagógicos, possibilitar que a criança seja: curiosa, inventiva, capaz de estabelecer múltiplas relações e levantar hipóteses de várias naturezas.

A segunda instituição pesquisada, conta com 25 funcionários, 4 serviços gerais, 8 professores, 8 auxiliares de ensino, 1 pedagoga, 1 professor de artes, 1 professor de educação

física, 1 professor de música e a coordenadora. É bem organizada e limpa, as salas de aulas são amplas, arejadas, há iluminação, as mesas e cadeiras para usos das crianças, há dois banheiros para as crianças, há também dois banheiros para os funcionários, há um parque em ótimo estado de conservação e também um parque para a turma do berçário em um espaço diversificado, refeitório, cozinha, lavanderia, sala de TV.

Com relação a disposição pedagógica os dois CEIs são parecidos, as atividades pedagógicas desenvolvidas são organizadas de modo a seguir uma rotina que inicia pela chegada das crianças nas instituições de ensino e finaliza com o momento de saída. Esse tempo pode ser de até doze horas diárias de permanência.

Em ambas instituições, o cotidiano é composto de atividades que envolvem: recepção e saída das crianças, cuidados de higiene, alimentação balanceada e adequada às diferentes faixas etárias e às necessidades das crianças, brincadeiras dirigidas e livres, na sala e no espaço externo, propostas educativas dirigidas tanto nos espaços internos quanto nos externos, utilizando materiais e locais apropriados e diversificados. O repouso é comum para quase todas as turmas, cumprindo o mesmo cronograma de horários para repousar e levantar, exceto nos berçários onde os bebês dormem em horários diferenciados. Somente as atividades pedagógicas, incluindo as brincadeiras são planejados pelo educador, os demais horários de funcionamento são comuns à todos os Centros de Educação Infantil, sendo a rotina estruturada pela secretaria Municipal de Educação de Araranguá.

Uma informação importante de ser explorada, que mais adiante será aprofundada, é o fato de que o horário de descanso já é regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação de Araranguá, no qual não foi disponibilizado o documento, dificultando o aprofundamento do assunto. Isso expressa que embora tenham tentado respeitar as especificidades das faixas-etárias, quando o horário de sono do berçário é diferenciado, não garantem que as necessidades individuais de cada criança sejam atendidas.

Nesse contexto, a organização acima descrita permite destacar que os CEIs independente da orientação teórica que os fundamentam estão trabalhando de acordo com a legislação vigente, buscando cumprir as atividades estruturadas na rotina pela Secretaria Municipal de Educação de Araranguá e também das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a*

Educação Infantil (BRASIL, 2010) e *Indicadores de qualidade para Educação Infantil* (BRASIL, 2010). Assim, os professores e auxiliares de ensino fazem o que podem para dar conta do desafio que é ensinar e humanizar.

3.3- A rotina e a prática pedagógica no encaminhamento do horário de descanso/sono nos centros de educação infantil pesquisados.

Nesse momento as observações feitas serão descritas e problematizadas. Provavelmente as possibilidades de análise não estarão esgotadas. No entanto, indícios do debate estarão colocados. Como foi colocado no primeiro capítulo, a gênese da Educação Infantil é assistencialista, hoje, os educadores tentam superar esse ranço, tornando a creche e a pré-escola um local de cuidado, educação e ensino⁹. Porém a especificidade do trabalho do educador pressupõe também o cuidado, ainda mais quando se trata de crianças que passam mais de 8 horas longe de suas famílias e um ambiente institucional.

Sabe-se da polêmica que o uso da palavra ensino na Educação Infantil representa para a academia. No entanto fizemos a opção de mantê-la por uma questão de posicionamento teórico e político, embora, não tenhamos tempo nesse momento de aprofundar a discussão. Pois este trabalho compartilha da concepção de ensino da psicologia histórico-cultural que entende que o ensino é fonte de desenvolvimento e que o educador é o responsável pela humanização e transmissão planejada dos saberes da humanidade para os alunos da mais tenra idade.

As observações foram realizadas em dois Centros de Educação infantil do Município de Araranguá, em períodos diferenciados, a primeira instituição foi pesquisada no período de 07/10/13 à 10/10/13. As observações ocorreram na sala do Pré I, nesta turma frequentam 20 crianças com idades entre 4 e 5 anos, trabalham na sala, um professor e uma auxiliar de ensino, ambos educadores desenvolvem entusiasmados as atividades com as crianças, há respeito e cumplicidade entre eles e também na relação educador – criança. O professor é pós-

⁹ Para saber mais leia: <http://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/maartins-9788579831034-10.pdf>

graduado nas séries iniciais e educação infantil, trabalha há vinte e dois anos na educação infantil, a auxiliar de ensino está graduando o curso de pedagogia e trabalha há cinco anos na educação de crianças pequenas. Ambos profissionais destacam que criaram uma rotina para o descanso das crianças.

Num dia típico observado, logo após as atividades direcionadas em sala de aula, professora encaminha as crianças para o pátio, onde brincam de cantigas de roda, aguardando o acionamento do sinal para o almoço. Enquanto isso a auxiliar de ensino, fica encarregada de organizar o espaço na sala de aula para o horário de descanso das crianças.

Num intuito de garantir a qualidade do momento, muitas questões preocupam a profissional, entre elas: as salas devem ser limpas, arejadas, pouca iluminação, colchonetes, travesseiro e cobertas individuais. Deve-se pensar também na prevenção de acidentes: mesas e cadeiras não devem ficar próximas aos colchonetes, alguma criança pode acordar assustada e tropeçar podendo se ferir.

Com a organização do espaço feita, as crianças almoçam, dirigem-se para o banheiro, concluem a higiene pessoal, e retornam para a sala de aula onde são acomodados nos devidos colchonetes. Nesse momento a auxiliar se encaminha para o refeitório realizando seu intervalo de 30 minutos. Quando retorna é a vez do professor sair para almoçar, ele também terá meia hora. Durante este horário cada auxiliar de ensino fica sozinho em sua sala com as crianças, sendo responsável por acompanhar o repouso, o relaxamento e o adormecimento dos alunos.

Na segunda instituição pesquisada as observações aconteceram de 14/10/13 à 17/10/13 na sala do Pré I onde frequentam 18 crianças com idades entre 4 e 5 anos. Dividem o trabalho uma professora e uma auxiliar de ensino. As educadoras desenvolvem as atividades com as crianças, com dedicação e carinho, há respeito, cumplicidade e amizade entre elas e também na relação educador – criança. A professora é pós-graduada nas séries iniciais e educação infantil, trabalha há dezoito anos na educação infantil, já a auxiliar de ensino é graduada no curso Normal Superior de Pedagogia e trabalha há nove anos na educação infantil..

As educadoras também destacaram que criaram uma rotina para encaminhar o momento de descanso. Enquanto a professora dirige as crianças para o refeitório, a auxiliar

organiza a sala. Acomoda mesas e cadeiras na final sala, espalha colchonetes no chão, fecha cortinas, apaga luzes. Após o almoço a professora e a auxiliar encaminham e acompanham as crianças no banheiro para a higienização, em seguida as crianças retornam para a sala, tomam água e começam a deitar escolhendo seu colchonete, cada uma possui seu travesseiro, a auxiliar retorna do refeitório após almoçar e a professora faz o intervalo de almoço.

Percebe-se nas duas instituições condutas semelhantes em relação ao momento do descanso. Tanto em uma quanto na outra, as auxiliares organizam o espaço e depois são responsáveis por garantir que as crianças durmam. Por mais que nas observações tenha uma aparente justiça na divisão do trabalho, as auxiliares ficam encarregadas das questões relacionadas ao cuidado, pois organizam o espaço e colocam as crianças para dormir.

Outra observação também se faz necessária. As crianças dormem na mesma sala onde acontecem todas as outras atividades. O espaço não é preparado institucionalmente para o descanso, mas preparado de forma improvisada pela auxiliar, que diariamente, afasta as mesas, dispõe os colchões e as roupas de cama, entre outras atribuições. Mesmo que isso aconteça de forma planejada e para todas as salas, denota uma falta de condição de trabalho, pois o conforto das crianças fica sob responsabilidade dos profissionais da creche e não de uma estrutura física e material disponibilizada previamente.

Na primeira instituição, as crianças estão agitadas ao repousar, e, a auxiliar de ensino desdobra-se para atender as necessidades de atenção das crianças, algumas necessitam ser acariciadas para dormir, é utilizada a televisão e o DVD como recursos para ajudar as crianças se tranquilizarem e ficarem silenciosas. Ainda assim algumas não conseguem relaxar e não querem dormir, tornando-se mais agitada pela falta de ter o que fazer neste horário, visto que os demais colegas dormem, e não há um espaço diferenciado nem outro profissional para desenvolver atividades com as crianças acordadas.

Na segunda sala, durante o período das 11:45 h às 13:00hs a auxiliar de ensino também fica sozinha na sala, acompanhando o processo de descanso das crianças, utilizando a televisão e o DVD para acalmar as crianças, eles assistem desenhos e alguns adormecem, aquelas crianças que não conseguem dormir, acabam ficando agitadas por não ter o que fazer. Nem todas dormem, mas devem permanecer na sala até o momento de despertar da turma.

Percebe-se que o momento estudado nas duas creches é parecido na organização e também na resposta das crianças. Fica claro nas duas descrições que as crianças têm individualidades com relação à necessidade de descanso. Tentar enquadrá-las todas num mesmo formato é desrespeitoso e desgastante. A ausência de condições objetivas de espaço físico e de recursos humanos inviabiliza que o ideal orientado pela Secretaria Municipal de Educação da capital de Santa Catarina, seja cumprido:

A indicação de que as crianças sentem necessidade de dormir durante o dia não significa que todas devem dormir no mesmo horário e que têm o mesmo tempo de sono. Algumas precisam dormir de uma a duas horas, outras necessitam somente de momentos de descanso, relaxamento, um pequeno cochilo, e há ainda as que não dormem. É preciso que cada instituição preveja propostas concomitantes para atender as crianças que querem dormir ou descansar, bem como para aquelas que não dormem. (FLORIANÓPOLIS, s.p. 2011)

Observando a rotina do descanso nas duas instituições é notável que a indisposição gerada pelo momento de sono nos adultos e também nas crianças é fruto de uma questão estrutural, posto que nesse momento o número de profissionais diminui pela metade na instituição. As crianças não precisam necessariamente dormir no mesmo horário, a insistência nisso desrespeita, assim como não oferecer um espaço para o descanso durante o dia, em qualquer horário é também desrespeitoso.

Percebe da parte dos educadores um respeito pelo colega, à medida em que demonstram interesse em desenvolver a prática educativa de acordo com os conhecimentos apresentados pelo parceiro de sala. Tentam trabalhar sem uma hierarquia pré-estabelecida, complementando o trabalho um do outro. Porém, a estrutura institucional ainda não superou essa cisão que aparentemente está resolvida nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* “...a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo.” (BRASIL, 2010)

Outro ponto em comum entre as duas experiências é a ausência de um espaço alternativo para que as crianças que desejam ficar acordadas possam usufruir. Em ambas situações as auxiliares de ensino ficam esgotadas, por não vislumbrarem outra alternativa a

não ser insistir para que os acordados mantenham-se no colchão a fim de garantir que outros possam dormir.

Nas entrelinhas das entrevistas os educadores, coordenadores admitem conhecer os problemas apresentados numa rotina estrutural igual para todas as turmas, bem como para todas as instituições, alguns trechos serão explicitados abaixo.

Coordenador 1- Você considera importante uma rotina estruturada para gerir o tempo e o espaço nos Centros de Educação Infantil?

Sim é necessária uma rotina para organizar as práticas educativas desenvolvidas na instituição de ensino, caso contrário vira bagunça, precisamos sim de horário estabelecido para chegada, saída, alimentação, sono.

Educador 1- Quais as vantagens e desvantagens da rotina nos diversos momentos diários, principalmente no momento do descanso?

A rotina permite organização, seguir uma linha traçada, as desvantagens aparecem quando nos deparamos com as necessidades individuais de cada criança no momento de descanso, as crianças maiores não querem dormir e isto dificulta a frequência deles na instituição de ensino, eles alegam para os pais, que não desejam vir para a creche porque precisam dormir, e eles não possuem a necessidade e nem o desejo de descansar ou dormir.

Educador 1- Como você organiza a rotina na sua sala de aula? As crianças participam deste processo?

Juntamente com as crianças, decidimos horários para a literatura, para brincar de massinha e pecinhas, não modificamos a rotina da creche, apenas criamos uma rotina para as atividades desenvolvidas em sala.

Coordenador 2- A rotina no qual esta instituição disponibiliza, foi organizada a partir das necessidades apresentadas pela clientela da educação infantil? Crianças e Família? Quem articula e organiza a gestão do tempo e espaço nas instituições de Educação Infantil no Município de Araranguá?

A rotina é organizada de maneira a organizar o tempo e os espaços nos Centros de Educação infantil, sendo elaborada pela secretaria municipal de educação, estipulando o horário das atividades rotineiras, o cardápio também está incluído na rotina. Dentro desta rotina almeja-se atender as necessidades individuais de cada criança, mas esbarramos na falta de espaço, recursos materiais e também de profissionais para desempenhar atividades diversificadas com as crianças que não costumam dormir após o almoço.

As profissionais entrevistadas apontam para o problema de falta de espaço físico nas unidades e de um profissional engajado para desenvolver outras atividades com as crianças que não necessitam do descanso e sono durante o dia. Sobre essa questão o documento produzido pela PMF esclarece:

Para as crianças que não dormem, as salas ou outros espaços da instituição devem ser organizados com propostas planejadas, incluindo espaço para relaxamento, com colchonetes, tapetes e almofadas. Também deve haver brinquedos como jogos de memória, quebra-cabeça, dominós, blocos de montar e serem realizadas brincadeiras, leitura de histórias, entre outras. (FLORIANÓPOLIS, 2011)

Essas questões todas aqui levantadas são muito pertinentes para que se possa refletir sobre a Educação Infantil como um todo na rede de Araranguá. A forma com que a rotina é encarada, assim como o momento de descanso pressupõe a concepção de sociedade, homem e criança que se tem. Nessa lógica o sono se revela parte do currículo. Dessa maneira repensar as práticas e reestabelecer prioridades e objetivos é tarefa urgente dessas instituições que estão se propondo a atender os direitos das crianças. Conforme Paschoal, Amaral e Pantoni (2014)

A organização de rotinas para o momento de sono na Educação Infantil está absolutamente imbricada com a concepção de sujeito que se tem. Quando concebemos a criança como sujeito integral, esta organização consistirá em considerar suas especificidades e necessidades individuais dentro do coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil é marcada por aprendizagens, brincadeiras, experiências, interações, imaginação, fantasia, mas também em sua constituição histórica existem marcas da fragilidade política, da precariedade nos recursos institucionais e o desrespeito. Ao nos reportar sobre o contexto infantil, não podemos deixar de mencionar, que na história da humanidade a infância nem sempre foi considerada como nos dias atuais.

No aprofundamento dos estudos de Áries sobre a infância, percebemos que antigamente, a criança era considerada um adulto em miniatura. Seu valor social era relativo, nas classes altas eram educadas para o futuro, para ter uma profissão e permanecer no poder, contudo, nas classes baixas o valor da criança iniciava-se quando ela podia ser útil ao trabalho, colaborando no aumento da renda familiar. Todavia não podemos considerar as apenas contribuições de Ariès sobre a infância. Kuhlmann contrapõe-se a Ariès apontando que o sentimento de infância não era inexistente na idade média e sendo demonstrada em estudos posteriores. Sabemos que atualmente a Educação infantil conquistou status de direito. É hoje a primeira etapa da educação básica, que tem por finalidade o desenvolvimento da criança em sua totalidade. Mas não superou completamente a questão assistencialista intrínseca a sua gênese.

Na literatura de Kuhlmann destacamos o surgimento dos jardins de infância para os filhos da elite, e, em contrapartida para as crianças pobres é delegado o assistencialismo higienista, onde agregava-se apenas o cuidado, adaptação e submissão destas crianças à sociedade capitalista. Determinações históricas contraditórias engendraram o interesse político em proteger a infância, culminando na construção de uma política de atendimento, que tem desdobramentos hoje na forma como estão organizadas as creches e pré-escolas brasileiras, na prática pedagógica dos professores e na vida das crianças que frequentam a Educação Infantil. E, como tratamos no decorrer do texto, o momento do descanso e do sono é uma expressão de todas essas relações.

Assim, é importante destacar que para um adequado funcionamento de qualquer instituição pública e privada, é necessária uma política de atendimento para organizar o a lógica institucional e o trabalho pedagógico. Nos Centros de Educação estudados infantil o fator predominante nesta organização estrutural, consiste numa rotina diária planejada pela Secretaria Municipal de Educação comum à todos os CEIs que determina o atendimento de todos os alunos da rede nos diversos momentos do dia. Nesse sentido destacamos que seria muito interessante poder contar com um documento de orientações para o momento do sono similar àquele produzido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Apontamos para a necessidade fisiológica de dormir do ser humano que é essencial para o seu desenvolvimento, contudo, nos espaços de educação infantil, a necessidade do descanso e sono é encarado pelas crianças maiores, como um momento cansativo e frustrante. Percebemos nas observações que dentro da própria instituição de ensino os direitos das crianças são violados: através da criação de uma rotina padrão para todas as faixas etárias, atendendo as necessidades individuais com homogeneidade, não levando em consideração a criança em sua individualidade; quando não se dá atenção necessária à criança percebendo ela em sua totalidade, quando o professor continua educando no modelo assistencial; quando o professor não se reconhece na função de ensinar e negligencia o acesso aos conhecimentos históricos.

Compreendo que este assunto não está acabado, todavia destaco que nas instituições de educação infantil, principalmente nas turmas que atendem as crianças maiores, seja necessário elaborar uma rotina diversificada. Assim como ocorre com os bebês que não são compelidos a dormir todos no mesmo horário por terem considerados seus ritmos diferentes de desenvolvimento e sono. A realidade aponta que as crianças maiores com idade entre 4 e 5 anos já não apresentam a necessidade de dormir durante o dia, desta forma, as instituições de ensino, bem como a prefeitura Municipal de Araranguá e Secretaria municipal de Educação precisam elaborar uma proposta pedagógicas que reveja a rotina estrutural repassada às creches, priorizando atender as necessidades básicas, viabilizando uma proposta de rotina flexível que possa ser adequada segundo cada faixa etária, respeitando-se as necessidades individuais de cada criança, nos cuidados básicos de alimentação e descanso.

Entende-se que a viabilização dessa proposta depende não só de um projeto de intenções, mas de condições materiais de financiamento, contratação de mais professores e melhoria das condições físicas dos CEIs. Além disso, os profissionais que atuam na área devem estar comprometidos a garantir o desenvolvimento pleno das crianças pelas quais são responsáveis.

Sendo assim destacamos, que a educação infantil deva priorizar um trabalho que tenha como norte o trinômio educação-cuidado-ensino, no qual as necessidades individuais estejam preservadas e os direitos das dimensões éticas, estéticas e políticas estejam garantidos na sua totalidade. Educar-cuidar-ensinar não é tarefa fácil, exige formação, consciência da função e metodologias adequadas para atingir esse objetivo. Defende-se que os professores desde a mais tenra idade devem proporcionar situações de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, a partir da intencionalidade deliberada de um profissional sério e comprometido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, LBP. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por amor e por força: rotinas na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BATISTA, Rosa. *A rotina no dia a dia da creche: entre o proposto e o vivido*. Florianópolis, SC Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. *Indicadores da qualidade na Educação Infantil*. Brasília: MEC-SEB, 2009.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

DUARTE, N. Por uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. In: DUARTE, N. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. 4ª Edição – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção polêmicas do nosso tempo). P.11-30.

DELVAL, Juan. *Aprender na vida e aprender na escola*. Porto Alegre, Artmed, 2001.

FACCI, M. G. Os estágios do desenvolvimento psicológico segundo a psicologia sociohistórica. In: ARCE, A.; DUARTE, N.(orgs.) *Brincadeiras de papéis sociais na educação infantil*. As contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkomín. São Paulo: Xamã, 2006. P. 11-26.

FULLGRAF, J. B. G. *A política de Educação Infantil no Brasil*. In: FLÔR, D. C.; DURLI, Z. (orgs) *Educação Infantil e formação de professores*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012 (p.35)

GANDINI, Lella e GOLDHABER, Jeanne. Duas reflexões sobre a documentação. In: GANDINI, Lella e EDWARDS, Carolyn. **Bambini; a abordagem italiana à educação infantil**. POA; Artmed. p. 150-169. 2002.

KRAMER, Sônia. História do atendimento à criança brasileira. In: _____: **A política do Pré-Escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 3. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. p. 49-91.

KUHLMANN JR., M. *Infância e Educação Infantil*. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KUHLMANN JR., M. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MOREIRA, J. A. da S.; LARA, A. M. de B. “Prefácio”; In: MOREIRA, J. A. da S.; LARA, A. M. de B. *Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990-2001)* Maringá: Eduem, 2012 (p.82-83)

MOREIRA, J. A. da S.; LARA, A. M. de B. “Políticas para a Educação Infantil e as Agências Internacionais” In: MOREIRA, J. A. da S.; LARA, A. M. de B. *Políticas Públicas para a Educação Infantil (1990-2001)* Maringá: Eduem, 2012 (p. 92)

PASCHOAL L.; AMARAL M.; PANTONI R. **Momentos de sono e descanso são questões de currículo na Educação Infantil?** 2014. Disponível em: <http://www.saocarlos.usp.br/creche/?p=898>

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Estratégias da Ação Pedagógica. **Educação infantil- orientações curriculares para a rede municipal de Florianópolis**. Florianópolis: Prelo Gráfica e

VIGOTSKI, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In VIGOTSKI, L.S.; A. R. LURIA; A. N. LEONTIEV. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1998. P. 103-117.

VIGOTSKI. L.S. A Brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Tradução: Zóia Prestes. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais ISSN: 1808-6535 Publicada em junho de 2008. P.26-36. Disponível em: <http://xayimg.com/Kq/groups/32960205/729519164/name/artigo+ZOIA+PRESTES.Cg--.pdf>

APÊNDICE

Entrevista com coordenadores e educadores dos Centro de Educação Infantil de Araranguá-sc.

A) Você considera importante uma rotina estruturada para gerir o tempo e o espaço nos Centros de Educação Infantil?

Coordenador 1- *Sim é necessária uma rotina para organizar as práticas educativas desenvolvidas na instituição de ensino, caso contrário vira bagunça, precisamos sim de horário estabelecido para chegada, saída, alimentação, sono.*

Coordenador 2- *Sim para organizar o tempo e o espaço na instituição, dentro desta rotina, cada educador cria sua rotina para os vários momentos do dia: atividades pedagógicas em sala; no pátio, no refeitório.*

B) A rotina no qual esta instituição disponibiliza, foi organizada a partir das necessidades apresentadas pela clientela da educação infantil? Crianças e Família? Quem articula e organiza a gestão do tempo e espaço nas instituições de Educação Infantil no Município de Araranguá?

Coordenador 1- *A rotina é organizada de maneira a organizar o tempo e os espaços nos Centros de Educação infantil, sendo elaborada pela secretaria Municipal de educação, estipulando o horário das atividades rotineiras, o cardápio também está incluído na rotina. Dentro desta rotina almeja-se atender as necessidades individuais de cada criança, mas esbarramos na falta de espaço, recursos materiais e também de profissionais para desempenhar atividades diversificadas com as crianças que não costumam dormir após o almoço, geralmente acontece com as crianças maiores.*

Coordenador 2- *Nesta rotina que foi organizada pela secretaria de educação, tentou-se atender as necessidades de atendimento para as crianças; em relação `a alimentação, sono e atividades pedagógicas nos espaços internos e externos da instituição. O atendimento ocorre de maneira que a rotina é coletiva para todas as faixas etárias, nos diversos momentos do dia, apenas o sono é um momento em que os bebês não acompanham a rotina das demais turmas que repousam neste horário.*

A) Quais as vantagens e desvantagens da rotina nos diversos momentos diários, principalmente no momento do descanso?

Educador 1 *-A rotina permite organização, seguir uma linha traçada, as desvantagens aparecem quando nos deparamos com as necessidades individuais de cada criança no momento de descanso, as crianças maiores não querem dormir e isto dificulta a frequência deles na instituição de ensino, eles alegam para os pais, que não desejam vir para a creche porque precisam dormir, e eles não possuem a necessidade e nem o desejo de descansar ou dormir.*

Educador 2- *Possibilita organização e planejamento para as várias atividades do dia, porém no momento de descanso que acontece de forma coletiva para todas as idades, ocorre um impasse neste momento do dia, porque nas turmas de crianças maiores, elas apresentam resistência para descansar e dormir. Quando é iniciado pela auxiliar de ensino a arrumação da sala, e as crianças percebem que logo irão descansar, algumas começam a reclamar, que não querem dormir, mas elas precisam repousar no colchonete, não há espaços e tampouco educadores sobrando para fazer outra atividade.*

B) Como você organiza a rotina na sua sala de aula? As crianças participam deste processo?

Educador 1- *Juntamente com as crianças, decidimos horários para a literatura, para brincar de massinha e pecinhas, não modificamos a rotina da creche, apenas criamos uma rotina para as atividades desenvolvidas em sala e também fora dela.*

Educador 2- *As crianças participam na arrumação dos espaços na sala de aula e também no pátio, decidimos as brincadeiras e brinquedos, se vamos dançar, cantar ou ouvir histórias, não modificamos a rotina da instituição, criamos os nossos hábitos para os vários momentos do dia.*

